

## Interculturalidade institucional: desafio premente para uma causa emergente

### Institutional interculturality: previous challenge to an emerging cause

Genivaldo Frois Scaramuzza<sup>1</sup>

Orlandina de Souza<sup>2</sup>

Eliete de Souza Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** A proposta deste material é comunicar saberes que leve em consideração a ideia de uma interculturalidade institucional. Imagina-se que a prática institucional, em especial dos espaços formativos, tais como as universidades, devem ser desafiadas a construir referências que levem em consideração as diferenças. Destaca-se que o objetivo mobilizador do estudo foi descrever possíveis tensões ligadas a interculturalidade em práticas institucionais documentais do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. A principal metodologia utilizada assenta-se em uma perspectiva investigativa documental (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) em que a escrita é vista como narrativa coletiva e “síntese” dos espectros sistêmicos que entrelaçam a história como fato e performance. O campo teórico escolhido, refere-se a perspectiva crítica da interculturalidade expresso pelo Grupo Modernidade/Colonialidade para quem, o termo deve ser visto em suas características políticas, éticas e epistêmicas. Os resultados preliminares indicam que no âmbito institucional a interculturalidade ainda é um conceito desconhecido, necessitando a reconstrução de abordagens e discussão formativa para sua concretização.

**Palavras-Chave:** Interculturalidade; Institucional; Práticas.

**Abstract:** The purpose of this material is to communicate knowledge that takes into account the idea of institutional interculturality. It is imagined that institutional practice, especially in training spaces, such as universities, should be challenged to build references that take into account differences. It is noteworthy that the main mobilizing objective of the study was to describe possible tensions related to interculturality in institutional documentary practices of the Degree in Intercultural Basic Education at the Federal University of Rondônia - UNIR. The main methodology used Regarding the methodological aspects, the research is based on a documentary investigative perspective (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) in which writing is seen as a collective narrative and “synthesis” of the systemic spectra that intertwines history as a fact and performance. The chosen theoretical field refers to the critical perspective of interculturality expressed by the Modernity / Coloniality Group for whom, the term must be seen in its political, ethical and epistemic characteristics. Preliminary results indicate that, at the institutional level, interculturality is still an unknown concept, requiring the reconstruction of approaches and formative discussion for its implementation.

**Keywords:** Interculturality; Institutional; Practices.

---

1 Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no curso de Licenciatura e Educação Indígena e no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Escolar (PPGEEProf) na mesma universidade. É doutor em Educação com graduação em Pedagogia. Desenvolve pesquisas com povos indígenas amazônicos entrelaçando conceitos como Cultura, Identidade e Representação. E-mail: scaramuzza1@gmail.com

2 Estudante indígena Puruborá no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UNIR. Durante a graduação tem pesquisado a representação de professores não indígenas sobre os povos indígenas. E-mail: orlandinasouza006@gmail.com

3 Estudante indígena Puruborá no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UNIR. Participa de pesquisas sobre a interculturalidade e resistência Puruborá como povo indígena ressurgido. E-mail: elietesouzapurubora@gmail.com

## **Abordagens Iniciais**

É possível dizer que a interculturalidade tem sido construída em resposta a lógica multiculturalista “[...] por plantearse justamente como limite sólo el reconocimiento de un relativismo cultural, cuando la realidad latinoamericana exige estar más allá de este reconocimiento formal y nominal de la diversidad y pluralidad cultural” (VIAÑA, 2010, p. 10).

Se posicionarem além do simples reconhecimento de suas existências materiais tem sido um desafio, principalmente para os inúmeros grupos historicamente excluídos que adensam suas lutas contrapondo-se ao padrão hegemônico de poder, mostrando não só suas existências físicas enquanto sujeitos com projetos distintos, mas construindo uma série de mecanismos de produção de suas sociedades que se distanciam daqueles herdados do processo colonial de conquista (DUSSEL, 1993).

É possível dizer que inúmeros esforços estão sendo construídos em função da busca pelo reconhecimento das diferenças e traduzem-se, por exemplo, na busca por segurança jurídica e institucional a qual muitos grupos minoritários têm intensificado junto a práticas históricas de opressão e produção de subalternidade que invisibilizam as histórias dos povos indígenas. Neste processo contínuo de luta por reconhecimento, constatamos a redefinição dos projetos educacionais direcionados aos povos indígenas que encenam e acenam novas possibilidades de interculturalidade.

As versões educacionais assimilacionistas cuja “[...] tônica era a recusa da diferença numa perspectiva integracionista” (BONIN, 2008, p. 96), estão sendo modificadas a partir das constantes lutas dos movimentos indígenas no Brasil e, também, no contexto da América Latina (WALSH, 2010). É importante destacar que em face ao processo histórico que não reconhece as diferenças nas práticas escolares e institucionais, as práticas educacionais urgem de novos aportes teóricos capazes de responder aos anseios dos povos indígenas. Todo esse esforço pela proposição de uma educação escolar interculturalizada, pode ser visto na grande densidade de fóruns, discussões, produção de teses, dissertações, regulamentos, leis, tratados e outros que buscam compreender a presença indígena e não indígena na constituição do cenário multicultural.

O termo interculturalidade pode ser encontrado em orientações e diretrizes que permitem produzir interpretações sobre a diferença, como podemos constatar na publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas ao inferir que no conjunto de pressupostos destinados a subsidiar a formação de professores indígenas, há a necessidade de produzir “compreensão e aplicação metodológica da interculturalidade crítica enquanto princípio orientador do diálogo entre diferentes “racionalidades” ou maneiras de explicar o mundo” (BRASIL, 2014, p. 06).

Os novos significados da diferença têm impelido o aparecimento, no contexto da América Latina, de inúmeras discussões e propostas que buscam ressignificar a ideia de multiculturalidade, avançando em direção a instituição de um novo conceito que expresse processos relacionais de trocas de saberes, experiências e projetos de vida, denominado então de interculturalidade. A este respeito, Fleuri (2003) destaca que “as propostas de trabalho intercultural surgiam principalmente a partir da emergência das identidades indígenas que buscam defender seus direitos” (FLEURI, 2003, p. 22), registrada de forma original na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 1996.

A interculturalidade tem sido vista em “[...] un nivel de convivencia y respeto mutuo o, en sus versiones más remozadas, convivencia y respeto entre culturas” (VIAÑA, 2010, p. 15). A interculturalidade como necessidade

de uma “permanente y generalizada de ‘convivencia solidaria entre culturas diferentes’ como fundamento a priori y casi único de su definición” (VIAÑA, 2010, p. 13). Nestes termos, a interculturalidade tem sido referida como uma possível convivência solidária entre grupos distintos em um mesmo cenário, ou seja, o nacional.

Considerado o pressuposto da interculturalidade, práticas demandadas de ações populares emergiram na Universidade Federal de Rondônia com vistas a promoção da interculturalidade. Essas ações possibilitaram a construção coletiva do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural. A partir deste pressuposto, a formação de professores indígenas em Rondônia em nível superior teve início no ano de 2009, fruto do movimento indígena e do desenvolvimento de políticas da época. Neste contexto, o curso de Licenciatura em Educação Básica da UNIR teve sua primeira turma no segundo semestre daquele ano. Desde sua implantação, o curso já ofereceu sete turmas de graduação, perfazendo um total aproximado de 420 acadêmicos atendidos/em atendimento pela formação.

No sentido de compreender a interculturalidade em nível institucional, este estudo pretendeu abordar a partir de documentos institucionais a forma de como a interculturalidade vem sendo compreendida nas práticas institucionais da UNIR. Para melhor expressar o estudo, optamos pela investigação documental.

Entendemos que a prática da investigação documental é ampla, isso porque é possível compreender a ideia de documento como sendo um registro produzido em função de interesses coletivos e individuais. Neste contexto, documentos podem ser “[...] leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 244).

Destaca-se que o importante na análise documental é a capacidade de aferir novas interpretações, novas posições para além daquelas que caracterizam o interesse inicial da produção do documento. Para efeito deste estudo, consideramos documentos, ementas, projetos pedagógicos, planos de aulas, cartazes, enunciados públicos, registros de aulas feitos por acadêmicos, regras dispostas em normativas internas entre outros elementos que podem corroborar a ideia de documento. Assim, o principal objetivo foi descrever possíveis tensões ligadas a interculturalidade em práticas documentais do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

Ao anunciarmos a principal temática, bem como, o objetivo principal, entendemos ser oportuno expor a concepção de pesquisa tomada no estudo e suas interlocuções metodológicas.

## **A metodologia de investigação**

O método que utilizamos para realizar esta pesquisa foi à pesquisa qualitativa. Inferimos que nos apoiamos em Neves (1996) bem como em Kripka, Scheller, Bonotto (2015). A pesquisa qualitativa é realizada para investigar aspectos qualitativos de uma determinada questão e está relacionado a levantamentos de dados, o pesquisador busca compreender e interpretar o comportamento do indivíduo, a pesquisa qualitativa não tem o intuito de obter números como resultados, ela é constituída de aspectos subjetivos, interpretativos e sociais de uma dada realidade. Neves (1996) afirma que:

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos. (NEVES, 1996, p. 01).

De acordo com Neves (1996), quando os pesquisadores usam o método qualitativo, eles possivelmente estão preocupados em entender a situação, compreender os fatos, porém uma pesquisa também pode apresentar dificuldades como, por exemplo, o pesquisador pode não conseguir interpretar e descrever o fenômeno. A pesquisa qualitativa pode apresentar diferentes significados e o pesquisador tem um papel fundamental de observar esses significados durante a pesquisa.

Os métodos da pesquisa qualitativa podem contribuir para a melhor compreensão do indivíduo, assim Neves (1996) diz que muitos pesquisadores, “[...] estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social; buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique melhor a compreensão do fenômeno” (NEVES, 1996, p. 2).

Por fim, podemos dizer que a pesquisa qualitativa nas concepções de Neves (1996), busca compreender e interpretar o indivíduo, sendo que existem várias maneiras de progredir no conhecimento de uma pessoa, isto é, pode ser através da descrição, pela análise do contexto, pela sua essência e muitas outras.

Outra questão importante neste estudo, refere-se à utilização da pesquisa em documentos no sentido de viabilizar interpretações de interesse público. Kripka, Scheller, Bonotto (2015), relatam sobre a pesquisa documental na pesquisa qualitativa, seu método, conceitos e característica.

De acordo com os autores acima mencionados, a pesquisa documental está relacionada a análise de documentos que ainda não foram evidenciados ou sistematizados, e o pesquisador é o principal condutor, pois nesse modelo de pesquisa o investigador interpreta as informações coletadas e busca compreender o indivíduo, o documento que o pesquisador utiliza na pesquisa, vai depender da necessidade do estudo. Kripka, Scheller e Bonotto (2015) afirmam que:

Assim, pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO; 2015, p. 4).

Neste sentido, Kripka, Scheller, Bonotto (2015) reforçam que não podemos confundir pesquisa documental com pesquisa bibliográfica, pois as duas são parecidas, por utilizar documentos para fazer análise, na pesquisa documental usa documentos que ainda não foram analisados, por exemplo, a ata, relatórios de estudos, cartas, diários e etc. Essas são chamadas de fontes primárias, na pesquisa bibliográfica os documentos utilizados são chamados de fonte secundária, pois usa toda bibliografia já tornada pública, por exemplo, as revistas, jornais, livros, teses, monografias etc. lembrando que as escolhas dos documentos utilizados se constituem em determinar o que será pesquisado. Para a pesquisa documental, “O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico”. (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 7). Tendo em vista essas premissas, destacamos que a presente pesquisa objetivou produzir interpretações documentais a partir de um espectro amplo da relação entre os acadêmicos indígenas com a instituição mediados pelos documentos.

No entanto, destaca-se que o ano de 2020 foi atípico, sendo o calendário acadêmico da Universidade Federal de Rondônia suspenso em função da Pandemia de Covid-19 anunciada pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Neste novo cenário, não houve no primeiro semestre de 2020, encontros presenciais do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, o que inviabilizou a produção dos dados como imaginado inicialmente. Assim, os dados aqui anunciados, foram construídos a partir de experiências e conhecimentos antecedentes, bem como, da disponibilização de documentos públicos, como atas e relatórios de atividades disponibilizadas pelo Departamento de Educação Intercultural em ambiente on-line, o que permitiu obter parte de documentos que ensejam desafios na implementação da interculturalidade institucional.

### **Interculturalidade institucional: um desafio emergente**

No intuito de pensar as questões ligadas a interculturalidade, imaginamos ser pertinente discorrer de forma breve alguns aspectos conceituais ligados a esse tema. Munsberg e Silva (2018) retrata a interculturalidade no campo da educação, na concepção da descolonialidade, e na reflexão das ideias do Grupo Modernidade/Colonialidade GM/C.

De acordo com os autores, entender a interculturalidade na visão da descolonialidade é muito desafiador, mas necessário. O Grupo Modernidade/Colonialidade (GM/C) é formado por vários autores latinos americanos que se empenharam nas ideias e estratégias que visam desnudar o processo de colonização, criaram um projeto com um título “projeto decolonial,” esse projeto repercutiu em toda a América Latina.

Neste sentido, o GM/C nomearam as ações do projeto como “giro decolonial”, para expressar essa transformação da colonialidade, este grupo entende a racionalidade como uma perspectiva eurocêntrica. Em relação ao colonialismo e a colonialidade, uma perspectiva presente neste grupo, é a ideia de que o

Colonialismo consiste no processo de dominação político-administrativa que visa garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício das metrópoles. Já colonialidade é um fenômeno histórico complexo, relativo a um padrão de poder global, que naturaliza hierarquias (territoriais, raciais, culturais e epistêmicas), reproduzindo relações de dominação e subalternização. (MUNSBURG; SILVA, 2018, p. 5).

Com referência a colonialidade, Ballestrin (2013), sugere que o termo tem ascendência das ideias do filósofo peruano Anibal Quijano, e certamente está ligada a ideia da colonialidade do poder, conceito que transmite a ideia de que “as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo” (BALLESTRIN, 2013, p. 99). De aspecto potencialmente mais intenso, a colonialidade subjaz como substrato para a produção de práticas institucionais, alimenta as identidades, os *modus operandi* da economia, da política e de todo o sistema administrativo presente. Para Quijano (2005), “a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado”. (QUIJANO, 2005, p. 93).

Munsberg e Silva (2018) relatam que os autores do projeto “giro decolonial” acreditam que a descolonialidade seja o caminho para a interculturalidade, pois, a ideia do projeto é que a sociedade respeite a cultura e o pensamento do outro e tenham diálogo de igualdade.

Contudo a interculturalidade está relacionada ao modo de vida e a relação que uma cultura tem com outra, falar sobre este aspecto é complexo e preciso, pois, se constitui em um tema que necessário reflexão por todos. Ainda perseguindo as contribuições de Munsberg e Silva (2018), compreendemos que:

A interculturalidade se propõe a mais do que reconhecer e tolerar as diferenças, é preciso intervir, transformar estruturas sociais injustas, reconstruir sob outras bases, estabelecendo outras/novas formas de relações, de existir e co-existir. Aprender a ser, estar e (con) viver com o outro. (MUNSBURG; SILVA, 2018, p. 9).

Por fim, as reflexões dos autores nos permitem compreender que, é através da educação intercultural que aprendemos a respeitar as diversidades, o docente é um mediador nessas relações. Educação Intercultural busca superar os limites e respeitar a cultura de cada povo. Inferimos que a educação intercultural tem sido colocada como uma prática em muitos cursos de formação de professores, no entanto existem grandes desafios a serem superados.

Entre esses desafios, podemos destacar aqueles que já foram expressos por Walsh (2009), ao dizer que a interculturalidade não é a simples relação entre grupos, ou mesmo as aproximações mal feitas entre pensamentos distintos, a interculturalidade não pode ser a “incorporación de los tradicionalmente excluidos dentro de las estructuras (educativas, disciplinares o de pensamiento) existentes” (WALSH, 2009, p. 14). Ainda para esta autora, a interculturalidade não pode ser resumida a criação de programas especiais que buscam fazer com que a educação “normal” e universalizante continue a perpetuar suas formas tradicionais de formação que possuem ascendências e práticas racionalizadas e certamente excludentes (WALSH, 2009).

No que se refere à educação escolar intercultural indígena, podemos dizer que “a partir do descobrimento, por muito tempo, foi entendida pela sociedade nacional brasileira, como se estivesse alheia aos seus processos sociais de transferência de saberes” (ALENCAR, 2014, p. 80). A educação para os povos indígenas é baseada pelos saberes dos mais velhos da aldeia, os conhecimentos dos mais velhos devem ser respeitados, e é esse conhecimento que deve ser passado de geração em geração para que não se possam perder os valores do povo. Podemos dizer que esse conhecimento é geracional e possui potencia nas tradições.

A chegada da escola iniciou novos processos de aprendizagem, bem diferente da realidade dos povos indígenas, as imagens que são usadas para descrever os povos indígenas, são aquelas fantasiadas, por exemplo, o índio pelado, de cabelo liso, olhos puxados. Vale ressaltar que esta descrição estereotipada ainda está presente em alguns livros didáticos como sugerem os estudos de Grupioni (1996); Oliveira (2017); Rosemberg (2003); Bonin (2010) entre outros.

As escolas nas comunidades indígenas sempre foram vistas como um elemento muito importante, os caciques vêm lutando sempre nos movimentos para garantir o que está assegurado na Constituição de 1988, sempre defendendo o direito de uma escola diferenciada e específica, respeitando as especificidades de cada comunidade. Desse modo, vemos como é significativo o surgimento de cursos para formação de professores indígenas, embora reconheçamos que somente esta ação não significa que estamos vivenciando uma educação intercultural. Destaques feitos por Alencar (2014), sugere que,

A emergência de uma educação escolar intercultural bilíngue, diferenciada e específica alavancou no Brasil o surgimento das políticas de formação de professores indígenas, inicialmente, em nível de magistério e, posteriormente, em nível superior, com os cursos de licenciatura intercultural. (ALENCAR, 2014, p. 83).

No âmbito da formação e das práticas institucionais, algumas questões devem ser pensadas. Muitos professores formados continuaram com abordagem para a diversidade e desconhecem de forma

aprofundada a interculturalidade e seus conceitos. Desconhecimento dos amparos legais e políticas educacionais da Educação Escolar Indígena. Dificuldades em elaborar metodologias de ensino específicas para a formação de professores indígenas. Desconhecimento da política indigenista. Dificuldades em elaborar material didático diferenciado para os cursos de formação. Difícil diálogo com as burocracias institucionais que amparam suas práticas em modelos coloniais.

Todos esses desafios são inerentes as Universidades, o que nos impeliu a mostrar como a interculturalidade está presente nas práticas institucionais.

### **Interculturalidade e regulação: um estudo no âmbito do curso de licenciatura em educação básica intercultural da UNIR.**

Tomamos como noção de regulação a percepção de que uma prática culturalmente constituída perfaz o modo de agir, de construir instrumentos e modelos operatórios dentro de um sistema específico. Como já observamos anteriormente, alguns percalços foram sentidos para que pudéssemos conseguir dados analíticos, neste sentido, optamos em destacar algumas informações conseguidas a partir de documentos públicos, que foram obtidos a partir de eventos de reuniões do Departamento de Educação Intercultural que ensejavam desafios na produção da interculturalidade institucional.

Como exemplificação do que estamos problematizando, trazemos a tona o caso de uma estudante indígena que certamente desafia a composição colonizadora da Universidade ao produzir uma petição para prorrogação de licença maternidade. É notório que muitas mães indígenas possuem dificuldade para permanecerem na Universidade durante a realização das etapas presenciais dos cursos de formação, principalmente aquelas que possuem filhos recém-nascidos. Um documento comum da prática universitária são os formulários protocolares de solicitação de serviços acadêmicos. No sentido de perceber a relação dos acadêmicos indígenas com a universidade mediada por formulários, fizemos uma análise de diversas petições de serviços feitos por meio de documentos padrão junto ao Departamento de Educação Intercultural.

Os formulários padrão servem para os acadêmicos solicitarem reposição de notas, disciplinas, afastamentos, trancamentos de cursos etc. Em dos formulários disponibilizados, observamos a petição de uma acadêmica indígena onde a mesma solicitava prorrogação de licença maternidade. Notamos que o formulário padrão não possuía a opção a qual a acadêmica pleiteava, sendo o pedido assinalado como outros e uma descrição a caneta, com a inscrição: “solicito prorrogação de licença maternidade”.

O objeto da petição referia-se a uma acadêmica indígena que após vencer o período padrão de licença maternidade requereu ao Departamento a possibilidade de prorrogar o prazo. Ao buscar informações sobre o processo, observamos que o mesmo foi discutido em reunião do Departamento, ocasião em que foi apresentado o relato sobre a petição da estudante indígena. Abaixo destacamos parte do relato a respeito da prorrogação da licença maternidade da estudante.

[...] não se pode excluir do processo decisório os pressupostos do Decreto-Lei 1.044/69 ao considerar que: Art 3º “Dependerá o regime de exceção neste Decreto-Lei estabelecido, de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional”. Ao analisar o atestado médico apresentado pela estudante, é possível notar inconsistências. Nota-se ausência de conteúdo, pois não explicita razões compatíveis com o que preconiza o Decreto-Lei 1.044/69, bem como a Lei 2.202/75. Não é possível observar no atestado em análise, a natureza do pedido de afastamento

que poderia ser exposto a partir da inscrição do CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. Por sua vez, não se pode negar o direito a que a estudante tem em requerer afastamento das atividades escolares, o que pode ser feito a qualquer tempo, no entanto, este relator fica impedido de proceder uma análise apurada das razões a qual a estudante é levada a solicitar o referido afastamento e qual o vínculo entre o atestado exposto nesse processo ao Regime Excepcional Licença Maternidade D.L1044/69 – Lei 6. 2002/75 objeto direto do pedido. Assim, sugere-se a inserção de laudo/atestado médico com informações precisas da saúde da acadêmica ou de seu amamentando que justifique o regime excepcional.

Do ponto de vista legal, a estudante não apresentou, naquele momento, um laudo médico a respeito dos motivos que ensejava o pedido de prorrogação da licença, o que fez o relator deduzir a inviabilidade de prorrogação, solicitando informações adicionais para produzir seu deferimento. No entanto, obsevamos que o pedido em tela, não era sustentado em nenhuma anomalia somática produzida por ordem biológica ou patológica por parte da mãe ou da criança, o que justificava a ausência de documentos médicos. Estava em jogo o modo como diferentes culturas interpretam e olham o mundo a partir de suas cosmologias. No caso da cultura indígena Gavião, grupo étnico de origem da solicitante, algumas considerações a respeito da maternidade são importantes. O que diz a cultura Gavião sobre o pós-parto? “Quando engravida, o homem trata dela, faz roça, leva comidas que pode comer, até findar a reclusão pós-parto” (MINDLIN, 2015, p. 39).

Os Ikolen acreditam que as crianças recém-nascidas possuem seus corpos vulneráveis aos espíritos, não podendo ficar longe de suas aldeias até 01 ano de idade. Essa complexa cosmologia entende que os rios ou igarapé possuem donos espirituais. São os *Gonjan-ei* - espíritos que moram em aldeias debaixo do rio, que são donos dos peixes, e também reguladores de chuva, tempestades e trovão. Nesta fase as crianças podem ter as suas almas roubadas e levadas para as aldeias subterrâneas.

Destaca-se que muitas culturas indígenas possuem orientações aproximadas com aquelas percebidas pelos Ikolen. Evento como esse, possivelmente mostra que não ultrapassamos totalmente a linha do multiculturalismo assimilacionista, a este respeito Candau (2005, p. 20), entende que

*A abordagem assimilacionista parte da afirmação de que vivemos numa sociedade multicultural, no sentido descritivo. Nessa sociedade multicultural não existe igualdade de oportunidades para todos/as. Há grupos, como os indígenas, negros, homossexuais, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares, e/ou com baixos níveis de escolarização com deficiência, que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que outros grupos sociais, em geral, de classe média ou alta, brancos, considerados “normais” e com elevados níveis de escolarização. Uma (política assimilacionista - perspectiva prescritiva - vai favorecer que todos/as se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. No entanto, não se mexe na matriz da sociedade, procura-se integrar os grupos marginalizados.*

Os povos indígenas assim como outros grupos culturais sempre lutaram pela garantia dos seus direitos e pelo respeito, atualmente a sociedade não indígena não consagra a igualdade e as diferenças existentes. Candau (2008) nos traz reflexões importantes sobre os direitos humanos, na perspectiva da educação e interculturalidade, relatando que os direitos humanos é uma construção da modernidade, cheios de valores e processos que a sociedade propõe.

O mundo que estamos vivenciando atualmente está repleto de preconceito e desigualdade presente em vários espaços, os grupos culturais lutam para vencer essa indiferença, em especial na forma de como as organizações oficiais produzem suas práticas, muitas das quais destinam-se a segregar as diferenças.



Muitas dessas práticas são padronizadas e justificadas como equânimes e uniformes, destinadas a uma sociedade de iguais, isto é, “a igualdade de todos os seres humanos, independentemente das origens raciais, da nacionalidade, das opções sexuais, enfim, a igualdade é uma chave para entender toda a luta da modernidade pelos direitos humanos” (CANDAU, 2008, p. 46). No entanto, a questão da igualdade deve ser debatida no campo das diferenças, pois, certamente o tratamento igual a grupos com historicidades diferentes são práticas geradoras de discriminação e preconceito.

Tratando-se dessa questão, Candau (2008) deixa explícito a sua preocupação e que nós devemos nos perguntar sobre qual a importância dos direitos humanos, neste contexto no qual estamos vivendo atualmente. Essa é uma questão que deveria ser sempre abordada nas universidades e em outros espaços sociais a partir da perspectiva das diferenças. Entendemos ser um direito humano a educação escolar, porém devemos debater o modelo institucional e as práticas em ocorrência nesses espaços.

Entendemos que a interculturalidade deve romper a ideia de afirmação dos direitos ao tempo que enseja a própria negação, é essa oposição que está presente na sociedade em que vivemos. Neste sentido, as universidades têm um papel fundamental, de analisar essa sociedade atual, ajudando a produzir novos conhecimentos, e que leve em conta os saberes e as experiências de cada grupo cultural. É preciso imaginarmos que as lutas pelo reconhecimento e mesmo as palavras que decodificam teoricamente os anseios dos grupos excluídos, tais como multiculturalismo e interculturalidade não são criações universitárias, estes conceitos descendem de “[...] lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos de uma cidadania plena, os movimentos sociais, especialmente os relacionados às questões étnicas” (CANDAU, 2008, p. 49). Ao debatermos a questão da interculturalidade a partir de um evento documentado na Universidade Federal de Rondônia – UNIR entendemos juntamente com Walsh (2019) que:

[...] a interculturalidade aponta e representa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da práxis política. (WALSH, 2019, p. 9).

Nas universidades os grupos culturais lutam para garantir seus direitos de acordo com as especificidades de cada um, é perceptível que os movimentos ainda estão fracos, mais aos poucos vão ganhando apoiadores da causa ao buscarem mudanças nas práticas e na própria percepção do que é o institucional. Quando falamos em interculturalidade, também falamos em desafios em promover e questionar a política e as práticas da educação,

### **Considerações finais**

Conforme já anunciamos, a proposta deste estudo foi investigar as práticas institucionais que estivesse de algum modo ligado ou não a interculturalidade. Devemos mencionar que o propósito foi discutir as tensões em torno da temática, isto porque, entendemos que para além das resistências, houve avanços em torno da interculturalidade o que não foi objeto de análise dessa pesquisa.

Resaltamos que para a produção dos dados, utilizamos a prática de pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, em especial a pesquisa documental. Neste sentido, levantamos junto a Universidade Federal de Rondônia, formulários e instrumentos analíticos institucionais, tais como pareceres de processos que permitissem interpretar os desafios da interculturalidade quando percorre as veias funcionais da instituição.

Entendemos que a pesquisa, permitiu visibilizar alguns aspectos da educação intercultural que certamente nos mostram possibilidades de intervenção e mudanças institucionais. Ficou aparente que a instituição pensa as diferenças indígenas a partir de uma perspectiva assimilacionista, o que reforça o caráter neoliberal da atuação da instituição com as diferenças indígenas ao produzir uma certa administração desses sujeitos no espaço universitário.

Destacamos também que a pesquisa permitiu visualizar a funcionalidade dos instrumentos burocráticos como sendo imprescindível para a manutenção do sistema da colonialidade, isto é, a utilização de formulários, questionários, regulamentos, leis, temporalidades e punições por não cumprimentos de prazos coloniais são mecanismos que perpetuam um processo de inclusão excluída da diferença e das identidades indígenas no aparato formativo universitário.

Constatamos que a simples presença dos povos indígenas na universidade não garante uma abertura no âmbito das práticas protocolares e documentais da instituição, o que corrobora com abordagens em andamento sobre a interculturalidade da América latina (WALSH, 2019) que evidenciam a necessidade de promover mudanças políticas, e principalmente funcionais nas instituições oficiais para que a interculturalidade apareça não apenas como discurso á florear documentos e narrativas, mas como prática efetiva que busque a transformação dos sujeitos e seus lugares de convívio. Esperamos que a partir desse estudo embrionário, possamos avançar no sentido de mapear de forma mais premente os pormenores institucionais que desafiam a interculturalidade crítica.

## Referências

- ALENCAR, Joelma Cristina Parente Monteiro. Interculturalidade e formação específica de professores indígenas no ensino superior. **GEPIADDE**, v. 16, jul./dez, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, maio/agosto de 2013, pp. 89-117.
- BONIN, Iara Tatiana. Educação escolar indígena e docência: princípio e normas na legislação em vigos. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org). **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de educação**, v. 13, n. 37, jan/abr, 2008.
- KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização**. **UNAD**, v. 14, n. 2, Julio-Diciembre, 2015.
- MUNSBURG, João Alberto Steffen; FERREIRA DA SILVA, Gilberto. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 140-154, jan./mar., 2018.
- MINDLIN, Betty. **Cenas do amor indígena**. Cienciaecultura. 2015.
- NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa, características, usos e possibilidades. **Caderno De Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, 1996.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005.

VIAÑA, Jorge; WALSH, Catherine. **Interculturalidad Crítica**. La Paz: Instituto internacional de integración, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**, v. 05, n. 1, jan.-jul. 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, Crítica e Pedagogia Decolonial: in – surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.